

RELATÓRIO

ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

DO SÃO JOÃO PREV

fevereiro/2026



INTRODUÇÃO

O Relatório tem por finalidade apresentar as atividades tramitadas na área administrativa e demonstrar a evolução patrimonial dos recursos financeiros do Instituto de Previdência no mês, em consonância com a legislação em vigor, a transparência da gestão, atendendo a Política de Investimentos - Manual Pró-Gestão. Também busca informar os dados sobre números de servidores ativos e inativos, quantitativos e qualitativos da Carteira de Investimentos, detalhando os ativos financeiros que a compõem.

CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

O Conselho Administrativo aprovou 04 (quatro) pensões no mês de fevereiro, cujo os benefícios serão concedidos pelo Instituto de Previdência a partir de primeiro de março.

Os processos de concessão de benefícios previdenciários foram analisados pela Diretoria Benefícios e Diretoria Jurídica, garantindo assim que os mesmos atendam aos requisitos legais estabelecidos para sua concessão e pagamento.

Todos os processos de concessão de benefícios — sejam aposentadorias, pensões ou averbações — são analisados e aprovados pelos membros do Conselho de Administração, e as respectivas portarias são publicadas no Diário Oficial do Município.

CANAIS DE ATENDIMENTO DO SÃO JOÃO PREV

O Instituto de Previdência Municipal utiliza dos meios eletrônicos e telefônicos para o atendimento a distância, além do atendimento presencial ao público em geral, sejam beneficiários, fornecedores, instituições financeiras e demais públicos.

Uma série de procedimentos e ações foram implementadas para reduzir a necessidade de atendimentos presenciais na sede da instituição:

✓ Para agilizar o atendimento ao servidor ativo, foi implementado o agendamento prévio. Nesse procedimento o servidor procura o IPSJBV para averbação do tempo de contribuição, assim como para contagem de tempo para a aposentadoria, além dos casos do pedido de aposentadoria. No mês de fevereiro a Diretoria de Benefícios realizou 23 atendimentos neste segmento.

✓ Após a conclusão do processo de implantação, com todas as inconsistências devidamente ajustadas, as instituições financeiras passaram a utilizar exclusivamente o sistema Consignet para a contratação de novos empréstimos consignados, bem como para o gerenciamento das concessões realizadas anteriormente a contratação do sistema.

✓ O Recadastramento é realizado presencialmente pelo servidor aposentado na sede do Instituto de Previdência ou mediante procuração, quando o aposentado reside em outra localidade ou está impossibilitado de se deslocar.

Com a aprovação da Lei Complementar nº 106/2025, o IPSJBV implementou a prova de vida on-line por meio do reconhecimento facial, proporcionando mais agilidade, segurança e comodidade aos segurados. Essa inovação permite realizar o procedimento sem a necessidade de deslocamento.

Paralelamente, a lei complementar mantém a opção da prova de vida por visita domiciliar para segurados com dificuldades de locomoção ou condições de saúde que impeçam o comparecimento presencial. Dessa forma, garante-se que beneficiários em situação de vulnerabilidade não sejam prejudicados, preservando seus direitos sem comprometer seu bem-estar.

✓ Além do atendimento por telefone, WhatsApp e e-mail, o São João Prev disponibiliza a ouvidoria como canal de comunicação para que segurados

e servidores possam apresentar reclamações, críticas, elogios, sugestões e pedidos de informação. O foco é garantir agilidade e respostas imediatas aos aposentados e pensionistas. Essa ferramenta contribui para o aprimoramento institucional e a transparência, assegurando a opção de manifestação sigilosa ou anônima.

SERVIDORES

Quadro com total de servidores ativos e inativos por plano Financeiro e Previdenciário e por entes: Prefeitura Municipal, UNIFAE, Câmara Municipal e IPSJBV no mês de fevereiro.

<u>QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS EM 28/02/2026</u>					
PLANO FINANCEIRO					
SERVIDORES	PREFEITURA	CÂMARA	UNIFAE	IPSJBV	TOTAL
APOSENTADOS	462	3	27	0	492
PENSIONISTAS	108	0	5	0	113
TOTAL - INATIVOS	570	3	32	0	605
ATIVOS	910	2	103	5	1.020
PLANO PREVIDENCIÁRIO					
SERVIDORES	PREFEITURA	CÂMARA	UNIFAE	IPSJBV	TOTAL
APOSENTADOS	470	1	37	0	508
PENSIONISTAS	105	3	6	0	114
TOTAL - INATIVOS	575	4	43	0	622
ATIVOS	1.048	7	171	6	1.232
CONSOLIDADO- QUADRO DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS					
SERVIDORES	PREFEITURA	CÂMARA	UNIFAE	IPSJBV	TOTAL
APOSENTADOS	932	4	64	0	1.000
PENSIONISTAS	213	3	11	0	227
TOTAL - INATIVOS	1.145	7	75	0	1.227
ATIVOS	1.958	9	274	11	2.252

RECEITAS E DESPESAS DO MÊS

1 – Plano Financeiro

As contribuições previdenciárias (patronal e servidor) do Plano Financeiro, foram repassadas ao Instituto de Previdência de forma, sem nenhum registro de inadimplência pelas entidades: Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, Centro Universitário - UNIFAE e Câmara Municipal.

A Lei Municipal 4.574, de 05 de novembro de 2019, estabelece o plano de amortização do déficit financeiro do Plano Financeiro municipal, determinando repasses mensais para essa finalidade.

Com a aprovação da Lei Complementar nº 5.531, de 16 de setembro de 2025, foi estabelecida nova data corte para os Planos Financeiro e Previdenciário do Instituto de Previdência. Assim, os servidores admitidos e aposentados até 31/12/2015, serão do plano em repartição simples (Plano Financeiro), enquanto os admitidos e aposentados a partir de 01/01/2016, pertencerão ao plano capitalizado (Previdenciário).

O quadro abaixo demonstra as receitas orçamentárias arrecadadas e despesas orçamentárias realizadas no mês de fevereiro.

RECEITA - PLANO FINANCEIRO - 02/2026							
ENTE	CONTRIBUIÇÕES INATIVOS	CONTRIBUIÇÕES ATIVOS	CONTRIBUIÇÕES RPV+PRECATÓRIO	COMPREV	TX. ADM. UTILIZADA	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	TOTAL
PREFEITURA	79.005,01	1.850.944,05	0,00	379.707,16	1.510.048,13	432.452,80	4.252.157,15
UNIFAE	21.449,29	420.859,99		21.135,52	0,00	0,00	463.444,80
CÂMARA	4.143,41	9.771,42	0,00	6.557,73	0,00	35.317,29	55.789,85
INSTITUTO	0,00	9.699,33	0,00	0,00	0,00	0,00	9.699,33
TOTAL	104.597,71	2.291.274,79	0,00	407.400,41	1.510.048,13	467.770,09	4.781.091,13

DESPESA - PLANO FINANCEIRO - 02/2026					
ENTE	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	PRECATÓRIOS (+) RPV	TOTAL
PREFEITURA	3.399.854,48	466.380,75	158.686,47	227.235,45	4.252.157,15
UNIFAE	307.698,52	55.192,07	34.814,11	0,00	397.704,70
CÂMARA	55.022,42	0,00	767,43	0,00	55.789,85
TOTAL	3.762.575,42	521.572,82	194.268,01	227.235,45	4.705.651,70

Na apuração da insuficiência financeira da Prefeitura Municipal, utilizou-se o saldo remanescente da reversão da taxa de administração no valor de R\$ 1.510.048,13. Mesmo com essa aplicação, restou um déficit de R\$ 432.452,80, o qual foi integralmente repassado ao São João Prev.

Em contraste, a UNIFAE apresenta cenário superavitário, com saldo positivo de R\$ 696.656,03 até o fechamento desta apuração, detendo ainda R\$ 2.170.682,14 disponíveis para reversão da taxa de administração.

Quanto à Câmara Municipal, o repasse do déficit apurado de R\$ 35.317,29 ocorreu dentro da regularidade.

A seguir, apresenta-se a demonstração do saldo disponível de cada ente, referente à reversão da taxa de administração.

RESERVA DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO UTILIZADA ATÉ 28/02/2026								
Ente	Saldo Inicial	set/25	out/25	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26	Saldo Final
PREFEITURA	9.607.231,12	-2.143.629,58	-1.719.496,55	-3.380.194,11	0,00	-853.862,75	-1.510.048,13	0,00
UNIFAE	2.279.829,15	-60.035,83	0,00	-49.111,18	0,00	0,00	0,00	2.170.682,14
CÂMARA	55.017,45	-38.418,42	-16.599,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IPSJBV	57.922,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.922,28
TOTAL	12.000.000,00	-2.242.083,83	-1.736.095,58	-3.429.305,29	0,00	-853.862,75	-1.510.048,13	2.228.604,42

2 – Plano Previdenciário

As contribuições previdenciárias (patronal e servidor) do Plano Previdenciário, foram regularmente repassadas ao Instituto de Previdência, sem qualquer registro de inadimplência por parte das entidades Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, Centro Universitário - UNIFAE e Câmara Municipal.

Apresentam-se a seguir os dados referentes às receitas orçamentárias arrecadadas e às despesas orçamentárias realizadas no mês de fevereiro, do plano em regime de capitalização.

RECETA - PLANO PREVIDENCIÁRIO - 02/2026						
ENTE	CONTRIBUIÇÕES INATIVOS	CONTRIBUIÇÕES ATIVOS	CONTRIBUIÇÕES RPV+PRECATÓRIO	COMPREV	APORTE LC 5.531/2025	TOTAL
PREFEITURA	102.873,58	1.301.056,96	0,00	91.648,22	2.114.960,22	3.610.538,98
UNIFAE	8.724,62	391.758,04	0,00	9.600,56	0,00	410.083,22
CÂMARA	1.975,23	10.752,34	0,00	382,56	0,00	13.110,13
INSTITUTO	0,00	7.280,11	0,00	0,00	0,00	7.280,11
TOTAL	113.573,43	1.710.847,45	0,00	101.631,34	2.114.960,22	4.041.012,44

DESPESA - PLANO PREVIDENCIÁRIO - 02/2026					
ENTE	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	PRECATÓRIOS (+) RPV	TOTAL
PREFEITURA	3.847.600,15	502.484,41	168.509,49	0,00	4.518.594,05
UNIFAE	261.759,23	43.203,08	48.055,71	0,00	353.018,02
CÂMARA	14.140,30	24.912,84	1.285,08	0,00	40.338,22
TOTAL	4.123.499,68	570.600,33	217.850,28	0,00	4.911.950,29

Registrou-se no mês um déficit de R\$ 908.055,07 na Prefeitura, enquanto na Câmara Municipal apurou-se uma insuficiência de R\$ 27,228,09, ambos os valores seguirão documentados ao longo de 2026.

A eventual necessidade de aporte pelos entes contribuintes será definida apenas no fechamento do ano. Na ocasião, será realizado o confronto

consolidado entre receitas (incluindo rendimentos e resgates de investimentos) e despesas; persistindo a insuficiência financeira, os entes serão formalmente notificados para restabelecer o equilíbrio financeiro.

Ao mesmo tempo, a UNIFAE mantém superávit, acumulando saldo positivo de R\$ 6.432.030,38 até o fechamento desta apuração.

Enquanto a insuficiência financeira for identificada, o Instituto de Previdência manterá as informações em acervo digital, para posterior envio de notificações oficiais para cobrança dos entes. A Prefeitura Municipal e a Câmara Municipal tem justificado que, o não repasse segue amparado no *caput* do art. 15, da Lei Complementar nº 4.574, de 05 de novembro de 2019 (lei de custeio em vigor).

Em relação à esta questão e atendendo à recomendação do TCE/SP sobre as contas de 2021, foi enviado ao Executivo um anteprojeto para adequar o artigo 15 da lei de custeio às normas federais e à Constituição. Sendo devolvido pelo legislativo para reestudo pela Prefeitura Municipal.

Por meio de estudos técnicos e do diálogo com o Poder Executivo, a meta é encontrar um caminho que esteja em conformidade com a legislação em vigor e, ao mesmo tempo, atenda aos entendimentos dos órgãos fiscalizadores, promovendo a melhor adequação da situação financeira do São João Prev.

Diante disso, a Diretoria Jurídica do Instituto de Previdência de São João da Boa Vista (IPSJBV) elaborou o projeto de reforma da previdência municipal. O texto foi submetido à análise da Procuradoria-Geral do Município, etapa que antecedeu o envio à Câmara Municipal para deliberação. Com o reinício dos trabalhos legislativos em 2026, e após a apreciação do projeto e dos respectivos pareceres, os vereadores aprovaram a reforma, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026.

Destaca-se ainda que, a Prefeitura Municipal vem realizando os repasses previstos na Lei Complementar nº 5.531, de 16 de setembro de 2025, referentes ao aporte mensal equivalente ao imposto de renda. Esses recursos ficarão capitalizados por cinco anos, podendo o São João Prev utilizá-los para pagamento de benefícios apenas após esse prazo.

A tabela a seguir apresenta os repasses mensais realizados pela Prefeitura. Esses valores são mantidos capitalizados de forma segregada dos demais recursos do IPSJBV.

REPASSE APORTE LC Nº 5.531/25 (PP) - PREFEITURA	
MÊS/ANO	VALOR
de 09 até 12/2025	8.541.356,12
jan/26	2.215.796,18
fev/26	2.114.960,22
TOTAL	12.872.112,52

3 –Taxa de Administração

A Lei Complementar nº 4.574, de 5 de novembro de 2019, com suas alterações, definiu o percentual e o método para cálculo da Taxa de Administração, determinando que mensalmente os Planos Financeiro e Previdenciário repassem o valor apurado, individualmente contabilizado, para custear as despesas correntes e de capital necessárias ao funcionamento do IPSJBV.

Conforme a Portaria nº 19.451, de 18 de agosto de 2020, os percentuais variam de acordo com o porte do RPPS, segundo o Indicador de Situação Previdenciária (ISP): 2% para estados/DF, 2,4% para municípios de grande porte, 3% para municípios de médio porte e 3,6% para municípios de pequeno porte.

A portaria autoriza um acréscimo de 20% sobre esses percentuais para cobrir despesas exclusivas com a certificação institucional no Pró-Gestão RPPS e a certificação profissional de dirigentes e conselheiros.

A Lei Complementar nº 5.008, de 4 de maio de 2022, fixou o percentual de 3%, que, somado ao acréscimo do Pró-Gestão, resulta em 3,6% repassados pelos planos como receita para custear as despesas gerais da Taxa de Administração do São João Prev.

Os recursos da Taxa de Administração, provenientes dos planos Financeiro e Previdenciário, são destinados à manutenção do Instituto de Previdência, incluindo folha de pagamento dos servidores, manutenção predial e veicular, consumo de água, esgoto e energia elétrica, serviços contratados, mão de obra especializada, aquisição de materiais de escritório, produtos de limpeza e demais despesas correlatas.

Nos quadros abaixo, segue demonstrados os valores dos repasses aportados no mês de fevereiro como Suprimento (Receita) da Taxa de Administração, bem como, as referidas despesas ocorridas no mês.

A sobra do mês incorpora-se ao Patrimônio investido e capitalizado do Instituto de Previdência.

SUPRIMENTO PLANO ORDINÁRIO - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - 02/2026		
PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
194.268,01	217.850,28	412.118,29

DESPESA PLANO ORDINÁRIO - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - 02/2026	
DESCRIÇÃO	VALOR
FOLHA ATIVOS INSTITUTO	98.943,63
CONTRIBUIÇÕES IPSJBV / RGPS	13.256,04
MATERIAL DE CONSUMO	2.961,46
PASSAGENS, DESPESAS COM LOCOMOÇÃO E DIÁRIAS	5.049,34
CONSULTORIA	1.353,17
SERVIÇO PESSOA FÍSICA	9.243,24
SERVIÇO PESSOA JURÍDICA	30.461,87
SERVIÇO TI	1.361,21
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - PASEP / TAXA ILUMINAÇÃO	4.185,16
SENTENÇAS JUDICIAIS-INDENIZAÇÕES/RESTITUIÇÕES	0,00
EQUIPAMENTO PERMANENTE	0,00
DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS - RETENÇÕES PAGAS	30.054,87
TOTAL	196.869,99

O montante de R\$ 12 milhões, revertido da taxa de administração aos entes municipais proporcionalmente aos repasses efetuados, foi integralmente utilizado pela Câmara e pela Prefeitura Municipal. Em contrapartida, a UNIFAE mantém o saldo remanescente para utilização futura, até o seu efetivo exaurimento.

A tabela abaixo detalha a destinação e utilização dos recursos da taxa de administração pelos entes.

RESERVA DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO UTILIZADA ATÉ 28/02/2026								
Ente	Saldo Inicial	set/25	out/25	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26	Saldo Final
PREFEITURA	9.607.231,12	-2.143.629,58	-1.719.496,55	-3.380.194,11	0,00	-853.862,75	-1.510.048,13	0,00
UNIFAE	2.279.829,15	-60.035,83	0,00	-49.111,18	0,00	0,00	0,00	2.170.682,14
CÂMARA	55.017,45	-38.418,42	-16.599,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IPSJBV	57.922,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.922,28
TOTAL	12.000.000,00	-2.242.083,83	-1.736.095,58	-3.429.305,29	0,00	-853.862,75	-1.510.048,13	2.228.604,42

4 – Fundo de Oscilação de Risco

A Lei Complementar nº 4.574/2019, em seu art. 16, instituiu o Fundo de Oscilação de Risco. Os entes conveniados (Prefeitura Municipal, UNIFAE e Câmara Municipal) efetuaram repasses mensais equivalentes a 1,67% da folha de benefícios previdenciários de seus segurados, pelo período de cinco anos, tendo efetuado o último aporte em novembro de 2024.

O montante acumulado permaneceu capitalizado, destinado à cobertura de eventuais insuficiências financeiras apuradas pelo RPPS, além de situações financeiramente excepcionais ou dificuldades orçamentárias, atuando como uma reserva técnica de emergência essencial para a manutenção da solvência do sistema e a garantia do pagamento dos benefícios previdenciários.

Apurou-se não ter sido completadas as duas folhas anuais previstas na LC 4.574/2019, nisso, o Superintendente comunicou a situação aos entes municipais e, com base na referida norma, requereu-se a reativação dos repasses ao Fundo de Oscilação de Risco, na alíquota de 2% incidente sobre a folha de benefícios .

Segue demonstrado os valores apurados em fevereiro de 2026, para repasse em março:

RESERVA - FUNDO DE OSCILAÇÃO DE RISCO - 02/2026			
PREFEITURA	UNIFAE	CÂMARA	TOTAL
77.324,70	7.257,81	1.100,45	85.682,96

SUPERINTENDÊNCIA

1 - Assuntos Administrativos

SENTENÇA DO TRIBUNAL DE CONTAS - O Sr. Matheus apresentou nas reuniões com o colegiado as determinações e orientações do Conselheiro Substituto-Auditor, Sr. Samy Wurman, acerca do relatório do Tribunal de Contas. Em síntese, os pontos abordados foram:

- **Escrituração Contábil:** Determinou-se a segregação das receitas da taxa de administração entre os planos financeiro e previdenciário. A contadora, Sra. Edilaine Trindade, informou que o Instituto já realiza esse registro de forma individualizada, o que será devidamente demonstrado via notas explicativas no Balanço de 2025.
- **Equilíbrio Financeiro:** Recomendou-se o acompanhamento sistemático para cobrança de eventuais insuficiências financeiras. O IPSJBV esclareceu que mantém postura proativa desde 2023, com controle mensal. Nos exercícios de 2024 e 2025, não houve necessidade de aportes por insuficiência no previdenciário, visto que o plano fechou positivamente.
- **Seara Atuarial:** O Tribunal solicitou a aprovação formal do cálculo atuarial pelo Conselho Administrativo, focando na consistência das hipóteses biométricas e demográficas. Em resposta, o São João Prev editou em 2025 um manual que formaliza a participação e aprovação de todas as instâncias (Atuário, Conselhos, Prefeitura e Diretoria).
- **Plano de Custeio e Legislação:** O Instituto trabalha no plano de custeio junto ao Executivo desde 2024. Quanto às orientações legais, destacou-se a necessidade de revisão do Art. 15 da LC nº 4.574/2019, para que o cálculo da insuficiência considere apenas o confronto entre receita e despesa. Orientou-se também a análise prudente da "geração futura" e a implementação da reforma da previdência local (EC nº 103/2019).

- **Governança e Investimentos:** O Conselheiro enfatizou a manutenção das práticas de governança (Pró-Gestão Nível II). Sobre averiguações passadas de gestão de investimentos, a sentença foi taxativa ao declarar a inexistência de irregularidades. Citou o arquivamento de Inquéritos Cíveis e Policiais pelo Ministério Público, concluindo que as oscilações de mercado não configuram má gestão e que não houve indícios de fraudes dos gestores.
- **Conclusão Técnica:** O TCEP validou a competência técnica dos membros dos Conselhos e Comitê, confirmando que as certificações profissionais e as operações financeiras estão em total conformidade com as normas do Ministério do Trabalho e Previdência (Portaria 1.467/2022) e da Resolução CMN nº 5.272/2025 — norma que revogou a Resolução CMN nº 4.963/2021.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - O Diretor Jurídico apresentou ainda, as atualizações sobre a Previdência Complementar, informando que, após as diligências para a emissão do CRP (Certificado de Regularidade Previdenciária), o São João Prev reuniu-se com os departamentos de Recursos Humanos da Prefeitura e da UNIFAE. Na ocasião, foram repassadas as diretrizes do Ministério da Previdência Social (MPS), detalhadas nos comunicados nº 02 e 03 do IPSJBV.

O MPS estabeleceu o prazo de 30 dias para a entrega da seguinte documentação:

- Listagem dos servidores da UNIFAE que excederam o teto do RGPS/INSS;
- Envio dos termos de não opção;
- Comprovação de atividades de educação previdenciária sobre o regime complementar.

Quanto à operacionalização, reforçou-se a orientação de que servidores com remuneração acima do teto devem ser inscritos automaticamente, conforme a legislação vigente. O conceito de operacionalização exige que, obrigatoriamente, o primeiro desconto seja efetuado, permitindo-se a desistência e devolução posterior dos valores, se houver manifestação do servidor.

Este tema foi ratificado em transmissão realizada pela Abipem e pelo Ministério da Previdência em 04/02/2025, onde alertou-se que a falta dessa inscrição automática tem impedido diversos RPPS de renovarem o CRP. Portanto, a orientação é que todos os servidores empossados após a aprovação da PREVIC sejam formalmente inscritos, devendo as eventuais desistências ser encaminhadas por escrito aos respectivos setores de Recursos Humanos.

COMPREV – O Superintendente informou nas reuniões do Comitê de Investimentos e dos Conselhos Administrativo e Fiscal, sobre o repasse de COMPREV, sendo o montante de R\$ 403.741,10 destinados ao Plano Financeiro e a quantia de R\$ 101.631,34 do Plano Previdenciário. Os montantes foram aplicados no fundo **BB PREV RF REFERENCIADO DI PERFIL FIC FI**, vinculados às suas respectivas contas segregadas.

CURSO PELO ABCPREV – O Superintendente informou aos membros do Comitê sobre a participação dos servidores Matheus Mucin e Leandro Donizete no curso promovido pela ABCPREV, realizado em Campinas nos dias 10 e 11 de março de 2026. A capacitação abordou temas centrais como a transformação dos RPPS, atualizações normativas e o aprimoramento da governança previdenciária, com foco em novos controles e medidas de gestão.

A inscrição dos servidores visa atender às recomendações de atualização continuada do programa Pró-Gestão, além de garantir a manutenção das certificações profissionais exigidas. O curso proporcionou um aprofundamento prático nas alterações legislativas publicadas entre dezembro de 2025 e janeiro de 2026, com destaque para a Lei Complementar nº 226/2026. Esta legislação

trata do descongelamento de vantagens pessoais e gera reflexos diretos na massa de servidores inativos, ponto que demanda atenção imediata e análise técnica por parte do IPSJBV.

FORMAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE NOVOS CONSELHEIROS - O

Superintendente manifestou a intenção de capacitar e certificar novos servidores, a serem indicados pela Prefeitura, Câmara Municipal e UNIFAE, visando qualificá-los para atuar nos Conselhos Administrativo e Fiscal. A iniciativa busca preparar um quadro de suplentes e substitutos aptos a assumir funções em casos de renovação de mandatos, exoneração, vacância ou impedimentos eventuais. O objetivo central é garantir a continuidade das atividades deliberativas e fiscalizadoras, evitando interrupções operacionais no Instituto. Os membros do Comitê ratificaram a proposta, considerando-a uma decisão assertiva para a governança da autarquia.

FESTA JUNINA DO SÃO JOÃO PREV - Comunicou-se, ainda, a realização da Festa Junina dedicada aos aposentados e pensionistas do São João Prev, agendada para o dia 26/06/2026. O evento foi planejado como um momento especial de descontração e integração, visando fortalecer os laços comunitários e reafirmar o reconhecimento do Instituto à dedicação dos servidores ao longo de suas trajetórias no serviço público.

Além da confraternização, a iniciativa faz parte das ações de bem-estar e valorização do segurado, promovendo o acolhimento e a qualidade de vida no pós-carreira. A organização informou que a programação contará com atividades típicas e espaços de convivência seguros, garantindo que os assistidos desfrutem de um ambiente festivo e harmonioso. O Superintendente reforçou que eventos desta natureza são fundamentais para manter a proximidade entre a autarquia e seus beneficiários, humanizando o atendimento previdenciário.

CERTIFICAÇÃO PRÓ-GESTÃO (RUMO AO NÍVEL III) - O IPSJBV, atualmente certificado no Nível II, iniciou formalmente os preparativos para a ascensão ao Nível III do Pró-Gestão RPPS. Embora o Instituto já apresentasse maturidade nos processos exigidos pela versão anterior, a recente publicação do Manual 4.0 impôs novos parâmetros de governança, gestão de ativos e transparência.

Diante dessa atualização normativa, a equipe técnica está empenhada em um cronograma de readequação de fluxos internos e conformidade documental. O objetivo é ajustar os indicadores às novas exigências do Ministério da Previdência Social, garantindo que o São João Prev não apenas cumpra os critérios de certificação, mas consolide uma gestão profissional e resiliente. O alcance do Nível III representará um salto qualitativo na governança institucional, refletindo diretamente na segurança e eficiência da administração previdenciária municipal.

CONTRIBUIÇÕES SOBRE RPV's E PRECATÓRIOS – Informou-se, adicionalmente, que o Instituto mantém o monitoramento sistemático junto aos entes municipais quanto ao repasse das contribuições previdenciárias (cotas segurado e patronal). O foco recai sobre os valores incidentes em Requisições de Pequeno Valor (RPVs) e Precatórios originados de processos judiciais, especificamente no que tange à incorporação e aos reflexos da "parcela destacada".

Essa ação visa garantir o efetivo repasse das receitas previdenciárias devidas ao RPPS, provenientes das decisões judiciais e dos respectivos pagamentos de verbas salariais.

CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - Informou-se sobre a recente contratação da Lema Consultoria de Investimentos, realizada via inexigibilidade de licitação. O procedimento fundamenta-se nas diretrizes do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), que reconhece a

inviabilidade de competição em processos licitatórios comuns para serviços de consultoria atuarial e financeira. Tal entendimento baseia-se na natureza singular e na elevada complexidade técnica dessas atividades, que exigem notória especialização devido à responsabilidade direta na gestão dos ativos previdenciários.

A escolha da Lema Consultoria pautou-se em seu histórico de proatividade e eficiência no mercado. A instituição dispõe de um corpo técnico robusto e altamente qualificado, o que confere ao IPSJBV a segurança necessária para a tomada de decisões estratégicas. A contratação visa, portanto, assegurar o suporte especializado indispensável à proteção das reservas financeiras e ao cumprimento das metas atuariais do Instituto.

2- Investimentos

Com o objetivo de promover a transparência, apresentamos as atividades e decisões do Comitê de Investimento.

Segue um breve relato da 3ª reunião ordinária do Comitê de Investimentos, ocorrida no dia 05/02/2026:

O acompanhamento dos investimentos destacou o relatório consolidado de janeiro de 2026, registrou um rendimento de R\$ 2.345.429,19 e patrimônio de R\$ 245.394.728,23. Com acesso à plataforma Atlas durante a reunião do dia 05/02, constatou-se uma rentabilidade positiva de R\$ 303.924.47 e um patrimônio capitalizado de R\$ 245.698.652,70.

Debateu-se a necessidade de aporte no fundo BB PREV RF DI LP PERFIL (3047) do previdenciário, que detinha um saldo de R\$ 1.251.132,39. Pois, devido ao reajuste do dissídio salarial, as contribuições mensais poderiam não suprir o pagamento da folha de benefícios. O Comitê decidiu retomar o debate sobre resgates e alocações na reunião do dia 23/02.

Os membros do Comitê receberam os relatórios de desempenho de 2025 da LDB Consultoria e o panorama de investimentos do Itaú para 2026.

A seguir um breve relato da 4ª reunião ordinária do Comitê de Investimentos, ocorrida no dia 23/02/2026:

Em consulta à plataforma Atlas na reunião do dia 23/02/2026, o Comitê constatou um retorno consolidado de R\$ 1.418.801,03 e um patrimônio total de R\$ 251.638.356,37.

A Diretoria Administrativa/Financeira informou o recebimento de R\$ 2.994.413,11 em cupons semestrais (ano par) de NTN-B, creditados em 19/02 e alocados provisoriamente no fundo BB PREV RF DI PERFIL. Após a conclusão dos processos de credenciamento e visando regularizar o desenquadramento do fundo atual perante a resolução, o Comitê decidiu pela realocação definitiva dos recursos para o fundo BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOIRO SELIC FIC FIF RESPONSABILIDADE LIMITADA.

Informou-se ainda, o recebimento de Aporte IR da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 2.114.960,22 em 20/02, que foram alocados no fundo BB PREV RF DI (3049) provisoriamente, seguindo o citado acima.

Os membros foram informados de que a gestão está buscando propostas junto às instituições financeiras dos segmentos S1 ou S2 para custodiar a carteira de títulos públicos do São João Prev, visto que a atual instituição (BGC Liquidez) está desenquadrada da Resolução CMN nº 5.272/2025. Estão enquadradas nesses segmentos instituições como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, BTG, entre outras. Assim que obtiver ao menos três propostas, a diretoria do IPSJBV as encaminhará para análise e deliberação do Comitê de Investimentos."

ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS

1 – Cenário Econômico

O mês de fevereiro de 2026 consolidou um período de transição estratégica. No plano global, a euforia tecnológica começou a ser testada pela realidade da implementação, enquanto no Brasil, o debate central deslocou-se do controle inflacionário para o início de um ciclo de flexibilização monetária.

O crescimento mundial em fevereiro de 2026 demonstrou uma estabilidade surpreendente, com projeções mantidas em torno de 2,9% para o consolidado do ano.

- **Estados Unidos:** A economia americana iniciou o ano com sinais de "pouso suave" (*soft landing*). Com o PCE (índice de inflação preferido pelo Fed) convergindo para a meta de 2%, o mercado passou a precificar com maior clareza os cortes de juros para o segundo trimestre. O setor de tecnologia continua sendo o principal motor, embora o custo de energia para centros de dados de IA tenha se tornado uma preocupação inflacionária setorial.
- **Geopolítica e Commodities:** Fevereiro foi marcado por uma volatilidade acentuada no mercado de energia. Tensões remanescentes no Oriente Médio e novas dinâmicas de exportação na Eurásia mantiveram o petróleo Brent em patamares oscilatórios, impactando diretamente os custos de frete global e a logística de suprimentos.

No cenário doméstico, fevereiro de 2026 é visto como o "mês da virada" para as expectativas de mercado.

- **Inflação (IPCA):** O índice de fevereiro registrou uma variação de 0,70%. Embora o número pareça elevado isoladamente, ele reflete a sazonalidade típica do período (reajustes de educação e serviços). A boa notícia reside nas

expectativas futuras: o mercado (via Boletim Focus) ajustou a projeção do IPCA de 2026 para baixo, fixando-se em 3,91%, o que traz conforto para a autoridade monetária.

- **Política Monetária (Selic):** A taxa básica encerrou o mês em 15% ao ano. Contudo, o tom do Banco Central mudou. A sinalização de que o teto do ciclo de aperto foi atingido e de que cortes devem ocorrer a partir de março de 2026 gerou um rali de alívio na curva de juros futura.
- **Câmbio e Mercado de Trabalho:** O Real demonstrou força, com o dólar recuando para a casa dos R\$ 5,14. Esse movimento foi sustentado pelo alto diferencial de juros e pela balança comercial positiva. Paralelamente, o desemprego atingiu a marca de 5,1%, um nível de pleno emprego técnico que sustenta o consumo, mas impõe desafios de produtividade às empresas brasileiras.

O cenário de fevereiro de 2026 é de otimismo vigilante. O Brasil entra em março com o caminho pavimentado para juros menores, desde que o cenário externo não sofra novos choques de commodities e que a disciplina fiscal doméstica se mantenha firme. O maior desafio para o restante do ano será converter a estabilidade monetária em investimento produtivo real.

2 – Carteira de Investimentos

O Instituto de Previdência registrou no fechamento de fevereiro uma rentabilidade positiva R\$ 2.095.914,29, fechando o mês com um Patrimônio na totalidade de **R\$ 245.811.821,90**.

Investimentos x Meta Atuarial (Mês a Mês)

Mês	Saldo no Mês (R\$)	Retorno no Mês (R\$)	Retorno Acumulado (R\$)	Retorno no Mês (%)	Retorno Acumulado (%)	Meta para o Mês (%)	Meta Acum (%)
janeiro	245.394.728,23	2.345.429,19	2.345.429,19	0,94%	0,94%	0,79%	0,79%
fevereiro	245.811.821,90	2.095.914,29	4.441.343,48	0,84%	1,79%	1,16%	1,95%

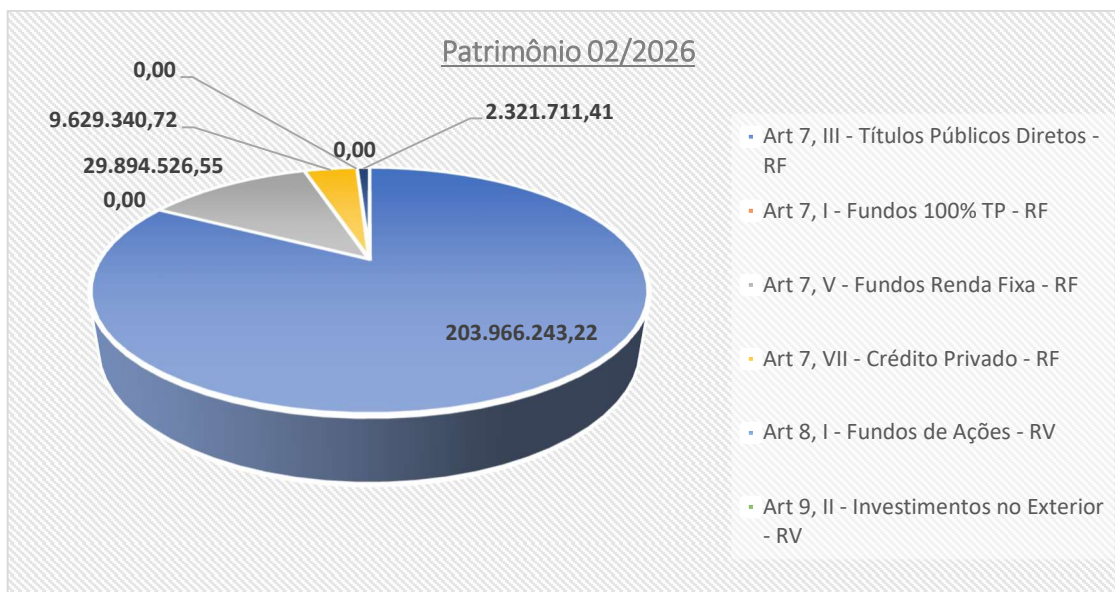
A Meta Atuarial proposta na Política de Investimentos para 2026 do Instituto de Previdência é de IPCA+5,60%. Conforme demonstrado na tabela acima, a carteira do Instituto alcançou um rendimento positivo de 0,84% em fevereiro, porém, abaixo da meta do mês somada a inflação que foi de 1,16%.

Apresentamos no quadro abaixo a composição da carteira do Instituto por enquadramento/artigo, em valores e porcentagens, confrontada com a Política de Investimentos para 2026.

Ressaltamos que, por lapso no relatório de janeiro, constou equivocadamente a porcentagem da Política de Investimentos do exercício anterior, o qual se regulariza neste documento.

PATRIMÔNIO POR ENQUADRAMENTO x POLÍTICA DE INVESTIMENTOS						
Artigo	Patrimônio (R\$)	Rentabilidade (R\$)	Aplicado (%)	Política de Investimentos	Máximo permitido Pró Gestão	Meta Atuarial
Art 7, III - Títulos Públicos Diretos - RF	203.966.243,22	1.672.959,53	82,98%	87,47%	100,00%	IPCA + 5,60
Art 7, I - Fundos 100% TP - RF	0,00	0,00	0,00%	1,17%	100,00%	Meta do Mês
Art 7, V - Fundos Renda Fixa - RF	29.894.526,55	333.117,66	12,16%	4,24%	70,00%	1,16%
Art 7, VII - Crédito Privado - RF	9.629.340,72	94.333,01	3,92%	2,12%	10,00%	Rentabilidade
Art 8, I - Fundos de Ações - RV	0,00	0,00	0,00%	0,00%	40,00%	0,84%
Art 9, II - Investimentos no Exterior - RV	0,00	0,00	0,00%	0,00%	10,00%	Abaixo da meta
Art 10, I - Invest. Estruturados - RV	2.321.711,41	-4.495,91	0,94%	5,00%	10,00%	-0,32%
TOTAL	245.811.821,90	2.095.914,29	100,00%	100,00%		

Nota-se que as alocações da carteira do IPSJBV estão abaixo dos limites máximos permitidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025. Considerando ainda que, o Instituto de Previdência de São João da Boa Vista, atualmente está certificado no Pró Gestão RPPS – nível II, o que permite alocação acima da Resolução.



O Comitê de Investimentos fundamenta suas análises e estratégias na busca pela conformidade da carteira com a Política de Investimentos vigente, alinhando o cenário macroeconômico ao objetivo primordial de cumprimento da meta atuarial.

A alocação dos ativos observa rigorosamente os limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025, norma que revogou a Resolução CMN nº 4.963/2021 e passou a disciplinar as aplicações dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Em vigor desde 02 de fevereiro de 2026, a nova regulamentação vincula diretamente os níveis de governança institucional aos limites de alocação permitidos.

Dessa forma, os limites de alocação variam entre os RPPS de acordo com o nível de certificação institucional (Pró-Gestão) e os segmentos de aplicação estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025. Esta norma consolidou critérios mais rigorosos de governança e reenquadramento de ativos, mantendo a estrutura de limites diferenciados conforme a qualificação da gestão do Instituto.

Na sequência, segue demonstrada a composição dos ativos que integram a carteira do São João Prev no fechamento do mês de fevereiro de 2026:

TÍTULOS PÚBLICOS FEVEREIRO/2026 - PLANO PREVIDENCIÁRIO												
CNPJ	TÍTULOS PÚBLICOS	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
N/A	NTN-B 760199 20260815 / 1504837	4.496.826,24	0,00	129.606,49	4.400.885,82	33.666,07	0,76%	--	--	--	ago/26	975.096,48
N/A	NTN-B 760199 20260815 / 813216	6.490.896,61	0,00	187.405,81	6.353.630,74	50.139,94	0,78%	--	--	--	ago/26	1.001.500,01
N/A	NTN-B 760199 20260815 / 954557	5.364.402,87	0,00	156.942,17	5.258.577,92	51.117,22	0,96%	--	--	--	ago/26	544.328,19
N/A	NTN-B 760199 20270515 / 1504838	2.181.093,70	0,00	0,00	2.197.472,65	16.378,95	0,75%	--	--	--	mai/27	474.141,16
N/A	NTN-B 760199 20270515 / 782333	5.325.215,14	0,00	0,00	5.366.398,46	41.183,32	0,77%	--	--	--	mai/27	906.219,06
N/A	NTN-B 760199 20270515 / 813219	3.245.042,76	0,00	0,00	3.270.421,17	25.378,41	0,78%	--	--	--	mai/27	505.784,04
N/A	NTN-B 760199 20270515 / 954559	5.167.506,73	0,00	0,00	5.214.459,63	46.952,90	0,91%	--	--	--	mai/27	492.208,98
N/A	NTN-B 760199 20280815 / 782332	5.478.925,42	0,00	158.574,15	5.362.216,09	41.864,82	0,77%	--	--	--	ago/28	924.094,41
N/A	NTN-B 760199 20280815 / 813217	5.408.491,03	0,00	157.078,17	5.293.314,01	41.901,15	0,78%	--	--	--	ago/28	837.064,15
N/A	NTN-B 760199 20280815 / 954558	5.311.674,84	0,00	159.662,14	5.198.770,47	46.757,77	0,89%	--	--	--	ago/28	495.555,16
N/A	NTN-B 760199 20290515 / 782334	5.321.582,43	0,00	0,00	5.362.708,93	41.126,50	0,77%	--	--	--	mai/29	905.164,61
N/A	NTN-B 760199 20290515 / 813220	3.241.712,15	0,00	0,00	3.267.108,34	25.396,19	0,78%	--	--	--	mai/29	506.238,03
N/A	NTN-B 760199 20290515 / 839876	2.125.913,10	0,00	0,00	2.142.342,43	16.429,33	0,77%	--	--	--	mai/29	290.821,12
N/A	NTN-B 760199 20300815 / 782331	5.469.480,61	0,00	158.438,15	5.352.688,80	41.646,34	0,77%	--	--	--	ago/30	919.483,33
N/A	NTN-B 760199 20300815 / 839879	5.462.167,95	0,00	157.350,16	5.345.859,74	41.041,95	0,76%	--	--	--	ago/30	775.483,87
N/A	NTN-B 760199 20320815 / 883914	5.577.164,76	0,00	166.734,06	5.455.040,13	44.609,43	0,81%	--	--	--	ago/32	713.858,92

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**
CNPJ 05.774.894/0001-90



N/A	NTN-B 760199 20320815 / 920218	5.292.102,12	0,00	167.958,04	5.170.699,01	46.554,93	0,89%	--	--	--	ago/32	614.803,03
N/A	NTN-B 760199 20330515 / 920219	10.574.296,21	0,00	0,00	10.667.886,71	93.590,50	0,89%	--	--	--	mai/33	1.269.162,27
N/A	NTN-B 760199 20350515 / 1295840	2.281.081,64	0,00	0,00	2.298.892,72	17.811,08	0,78%	--	--	--	mai/35	660.608,96
N/A	NTN-B 760199 20350515 / 839878	8.476.122,36	0,00	0,00	8.540.634,14	64.511,78	0,76%	--	--	--	mai/35	1.179.353,04
N/A	NTN-B 760199 20400815 / 1187461	11.833.852,35	0,00	333.196,11	11.587.536,45	86.880,21	0,74%	--	--	--	ago/40	3.362.673,67
N/A	NTN-B 760199 20450515 / 1387780	4.502.487,72	0,00	0,00	4.535.757,35	33.269,63	0,74%	--	--	--	mai/45	1.081.524,52
N/A	NTN-B 760199 20450515 / 1475617	2.208.164,86	0,00	0,00	2.224.357,16	16.192,30	0,73%	--	--	--	mai/45	487.926,97
N/A	NTN-B 760199 20450515 / 839881	4.240.591,43	0,00	0,00	4.272.959,59	32.368,16	0,76%	--	--	--	mai/45	591.761,98
N/A	NTN-B 760199 20500815 / 1387783	5.637.583,89	0,00	156.126,18	5.522.593,07	41.135,36	0,74%	--	--	--	ago/50	1.340.731,06
N/A	NTN-B 760199 20500815 / 1475618	2.269.965,13	0,00	62.423,27	2.224.019,65	16.477,79	0,73%	--	--	--	ago/50	497.802,33
N/A	NTN-B 760199 20500815 / 839885	3.272.178,54	0,00	94.926,89	3.201.952,53	24.700,88	0,76%	--	--	--	ago/50	466.539,16
N/A	NTN-B 760199 20500815 / 994217	2.586.840,61	0,00	83.775,02	2.524.188,12	21.122,53	0,83%	--	--	--	ago/50	172.183,94
N/A	NTN-B 760199 20550515 / 1387784	5.638.623,12	0,00	0,00	5.680.247,97	41.624,85	0,74%	--	--	--	mai/55	1.354.390,14
N/A	NTN-B 760199 20550515 / 1475619	2.209.228,47	0,00	0,00	2.225.460,51	16.232,04	0,73%	--	--	--	mai/55	489.583,44
N/A	NTN-B 760199 20550515 / 839882	4.566.944,46	0,00	0,00	4.601.772,76	34.828,30	0,76%	--	--	--	mai/55	636.795,40
N/A	NTN-B 760199 20550515 / 994218	2.590.237,28	0,00	0,00	2.611.673,23	21.435,95	0,83%	--	--	--	mai/55	183.825,61
N/A	NTN-B 760199 20600815 / 1387785	5.638.748,04	0,00	155.174,19	5.524.705,38	41.131,53	0,74%	--	--	--	ago/60	1.341.490,31
N/A	NTN-B 760199 20600815 / 1475620	2.273.985,65	0,00	62.015,28	2.228.463,41	16.493,04	0,73%	--	--	--	ago/60	498.622,90
N/A	NTN-B 760199 20600815 / 839883	3.273.018,44	0,00	94.926,89	3.202.779,20	24.687,65	0,76%	--	--	--	ago/60	466.501,68



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA
CNPJ 05.774.894/0001-90**



N/A	NTN-B 760199 20600815 / 994219	2.586.200,78	0,00	85.135,01	2.522.207,43	21.141,66	0,83%	--	--	--	ago/60	181.851,52
N/A	NTN-F 950199 20270101 / 940553	10.275.902,20	0,00	0,00	10.377.063,92	101.161,72	0,98%	--	--	--	jan/27	1.382.259,23
N/A	NTN-F 950199 20290101 / 940554	10.218.335,63	0,00	0,00	10.319.476,67	101.141,04	0,99%	--	--	--	jan/29	1.387.142,93
N/A	NTN-F 950199 20310101 / 1017894	4.083.979,58	0,00	0,00	4.120.879,97	36.900,39	0,90%	--	--	--	jan/31	343.813,68
N/A	NTN-F 950199 20350101 / 994220	2.432.520,83	0,00	0,00	2.455.267,86	22.747,03	0,94%	--	--	--	mai/35	238.449,17
ART 7º, III - Títulos Públicos		194.631.087,68	0,00	2.727.448,18	193.483.370,14	1.579.730,64						31.496.838,46

INVESTIMENTOS FEVEREIRO/2026 - PLANO PREVIDENCIÁRIO												
CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
04.857.834/0001-79	BB RF LONGO PRAZO TESOIRO SELIC FIC FI	0,00	5.805.087,14	4.798.850,06	1.015.714,05	9.476,97	0,22%	0,98%	0,05	133450-134215	D+0/D+0	9.476,97
13.077.418/0001-49	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	1.251.132,39	4.529.192,21	5.805.315,00	0,00	24.990,40	0,83%	1,01%	0,05	1338-1318	D+0/D+0	0,00
03.737.206/0001-97	FI CAIXA BRASIL RF REF DI LP	2.500.862,82	0,00	0,00	2.525.991,28	25.128,46	1,00%	1,00%	0,05	1299-1295	D+0/D+0	1.529.222,17
03.399.411/0001-90	BRADESCO FI RF REFERENCIADO DI PREMIUM	9.031.555,98	0,00	0,00	9.121.859,16	90.303,18	1,00%	1,00%	0,05	760-756	D+0/D+0	2.635.969,54
ART 7º, V - Fundos de renda Fixa		12.783.551,19	10.334.279,35	10.604.165,06	12.663.564,49	149.899,01						4.174.668,68

10.783.480/0001-68	DAYCOVAL CLASSIC FIC FIF RF CRÉDITO PRIVADO	4.773.338,66	0,00	0,00	4.820.743,96	47.405,30	0,99%	0,99%	0,05	86512-84928	D+4du/D+5du	792.691,78
--------------------	---	--------------	------	------	--------------	-----------	-------	-------	------	-------------	-------------	------------



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA
CNPJ 05.774.894/0001-90**



20.441.483/0001-77	SAFRA EXTRA BANCOS FIC FI RF CREDITO PRIVADO	4.761.669,05	0,00	0,00	4.808.596,76	46.927,71	0,99%	0,99%	0,05	2393-2619	D+0/D+0	780.544,57
ART 7º, VII - Fundos de renda Fixa		9.535.007,71	0,00	0,00	9.629.340,72	94.333,01						1.573.236,35

CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
24.633.818/0001-00	SICREDI - FIM BOLSA AMERICANA LP	2.326.207,32	0,00	0,00	2.321.711,41	-4.495,91	-0,19%	-0,19%	--	16687-16452	D+0/D+1	321.711,41
ART 10º, I - Fundos Estruturados		2.326.207,32	0,00	0,00	2.321.711,41	-4.495,91						321.711,41

TOTAL PLANO PREVIDENCIÁRIO	219.275.853,90	10.334.279,35	13.331.613,24	218.097.986,76	1.819.466,75							37.566.454,90
-----------------------------------	-----------------------	----------------------	----------------------	-----------------------	---------------------	--	--	--	--	--	--	----------------------

TÍTULOS PÚBLICOS FEVEREIRO/2026 - APORTE PP LEI Nº 5.531/2025												
CNPJ	TÍTULOS PÚBLICOS	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
N/A	NTN-F 950199 20310101 / 1102179	1.959.529,32	0,00	0,00	1.977.366,39	17.837,07	0,91%	--	--	--	jan/31	84.324,27
N/A	NTN-B 760199 20300815 / 1125783	2.034.656,58	0,00	62.287,27	1.989.906,65	17.537,34	0,87%	--	--	--	ago/30	56.386,81
N/A	NTN-B 760199 20300815 / 1151691	4.435.128,68	0,00	135.998,41	4.337.493,19	38.362,92	0,88%	--	--	--	ago/30	69.733,21
N/A	NTN-B 760199 20300815 / 1161022	2.227.294,49	0,00	68.679,20	2.178.106,85	19.491,56	0,89%	--	--	--	ago/30	25.370,66
ART 7º, III - Títulos Públicos		10.656.609,07	0,00	266.964,88	10.482.873,08	93.228,89						235.814,95



INVESTIMENTOS FEVEREIRO/2026 - APORTE PP LEI Nº 5.531/2025												
CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
13.077.418/0001-49	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	26.835,07	2.381.896,64	2.411.779,76	0,00	3.048,05	0,84%	1,01%	0,05	1338-1318	D+0/D+0	0,00
04.857.834/0001-79	BB RF LONGO PRAZO TESOURO SELIC FIC FI	0,00	2.411.879,76	0,00	2.415.817,22	3.937,46	0,22%	0,98%	0,05	133450-134215	D+0/D+0	3.937,46
ART 7º, V - Fundos de renda Fixa		26.835,07	4.793.776,40	2.411.779,76	2.415.817,22	6.985,51						3.937,46
TOTAL APORTE PP LEI Nº 5.531/2025		10.683.444,14	4.793.776,40	2.678.744,64	12.898.690,30	100.214,40						239.752,41

INVESTIMENTOS FEVEREIRO/2026 - PLANO FINANCEIRO												
CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
13.077.418/0001-49	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	1.151.577,46	2.685.192,15	3.861.171,74	0,00	24.402,13	0,83%	1,01%	0,05	1338-1318	D+0/D+0	0,00
04.857.834/0001-79	BB RF LONGO PRAZO TESOURO SELIC FIC FI	0,00	3.861.013,56	2.379.234,91	1.488.081,86	6.303,21	0,22%	0,98%	0,05	133450-134215	D+0/D+0	6.303,21
ART 7º, V - Fundos de renda Fixa TOTAL PLANO FINANCEIRO		1.151.577,46	6.546.205,71	6.240.406,65	1.488.081,86	30.705,34						6.303,21

INVESTIMENTOS FEVEREIRO/2026 - FUNDO DE OSCILAÇÃO												
CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual

13.077.418/0001-49	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	6.669.365,25	88.305,43	6.813.708,37	0,00	56.037,69	0,83%	1,01%	0,05	1338-1318	D+0/D+0	0,00
04.857.834/0001-79	BB RF LONGO PRAZO TESOIRO SELIC FIC FI	0,00	6.892.133,52	0,00	6.903.257,09	11.123,57	0,22%	0,98%	0,05	133450-134215	D+0/D+0	11.123,57
ART 7º, V - Fundos de renda Fixa TOTAL FUNDO DE OSCILAÇÃO		6.669.365,25	6.980.438,95	6.813.708,37	6.903.257,09	67.161,26						11.123,57

TOTAL PLANO FINANCEIRO (+) FUNDO DE OSCILAÇÃO	7.820.942,71	13.526.644,66	13.054.115,02	8.391.338,95	97.866,60							17.426,78
--	---------------------	----------------------	----------------------	---------------------	------------------	--	--	--	--	--	--	------------------

INVESTIMENTOS FEVEREIRO/2026 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO												
CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
13.077.418/0001-49	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	7.614.487,48	285.000,00	7.964.916,02	0,00	65.428,54	0,83%	1,01%	0,05	1338-1318	D+0/D+0	0,00
04.857.834/0001-79	BB RF LONGO PRAZO TESOIRO SELIC FIC FI	0,00	7.929.916,02	1.519.048,13	6.423.805,89	12.938,00	0,22%	0,98%	0,05	133450-134215	D+0/D+0	12.938,00
ART 7º, V - Fundos de renda Fixa TOTAL TAXA DE ADMINISTRAÇÃO		7.614.487,48	8.214.916,02	9.483.964,15	6.423.805,89	78.366,54						12.938,00

TOTAL CONSOLIDADO	Saldo Inicial no mês (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo Final no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Ágio/Deságio Acumulado
	245.394.728,23	36.869.616,43	38.548.437,05	245.811.821,90	2.095.914,29	37.836.572,09

DESCRIPTIVO DA SITUAÇÃO DO CONTENCIOSO

A Procuradoria Jurídica do IPSJBV atua conforme as competências estabelecidas no anexo III da Lei Complementar Municipal nº 4.207/2017, destacando-se na representação do instituto perante órgãos judiciais e administrativos, em todas as instâncias e fases dos processos, com o objetivo de resguardar os direitos e interesses institucionais, dada a importância dos litígios para a saúde financeira do instituto.

Embora a Diretoria Jurídica tenha atribuições diversas, como a elaboração de pareceres relativos a contratos, licitações, projetos de lei, atos normativos e editais, tem oferecido suporte às atividades da procuradoria, especialmente diante do aumento da demanda processual, incluindo situações de incorporação de parcelas destacadas.

A seguir, apresenta-se um resumo dos processos conduzidos pela Procuradoria no mês.

MÊS/ANO	PROTOCOLOS	ATS/PARCELA DESTACADA	REV. BENEFÍCIO - INTEGRALIDADE/PARIDADE	OUTROS	CONHECIMENTO	EXECUÇÃO	PROCESSOS NOVOS	VALORES PROC. NOVOS
jan/26	42	26	15	1	3	39	0	-
fev/26	33	20	11	2	9	24	2	129.760,00

No mês de fevereiro de 2026, não houve pagamentos de RPV e precatórios, tanto no plano Financeiro, como no Previdenciário.

A seguir, apresenta-se a relação detalhada dos processos judiciais conduzidos pela Procuradoria do São João Prev no mês de fevereiro, demonstrados de forma individualizada, com o objetivo de proporcionar transparência e clareza sobre a atuação jurídica do Instituto no referido período.

PROCESSO	INT/CIT	TIPO DE PETIÇÃO - DEMANDA	PRAZO	PROTOCOLO	FASE
0000176-50.2025.8.26.0568	19/12/2025	CONTRARRAZÕES AO ED	03/02/2026	02/02/2026	EXECUÇÃO
1005928-54.2023.8.26.0568	11/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	02/02/2026	02/02/2026	EXECUÇÃO

1002292-80.2023.8.26.0568	19/12/2025	PETIÇÃO VALOR PRECATÓRIO 2 E CONTRIB PREV	03/02/2026	03/02/2026	EXECUÇÃO
0002175-38.2025.8.26.0568	19/11/2025	MANIFESTAÇÃO/IMPUGNAÇÃO CÁLCULOS	04/02/2026	04/02/2026	EXECUÇÃO
1001020-80.2025.8.26.0568	15/12/2025	MANIFESTAÇÃO SOBRE IMPUGNAÇÃO - PARCELA DISSÍDIO	04/02/2026	04/02/2026	EXECUÇÃO
1005782-13.2023.8.26.0568	20/01/2026	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	03/02/2026	04/02/2026	EXECUÇÃO
1003398-09.2025.8.26.0568	05/02/2026	PETIÇÃO ANEXAR PROC ADMINISTRATIVO 274/2022	28/01/2026	05/02/2026	EXECUÇÃO
0002172-20.2024.8.26.0568	11/12/2025	PET. INFORMANDO CORREÇÃO BENEFÍCIO	05/02/2026	05/02/2026	EXECUÇÃO
1006275-53.2024.8.26.0568	21/01/2026	RECURSO EXTRAORDINÁRIO	06/02/2026	06/02/2026	CONHECIMENTO
1004053-78.2025.8.26.0568	23/01/2026	MANIF SOBRE EMENDA - DISCORD OU NOVO PRAZO	06/02/2026	06/02/2026	CONHECIMENTO
0000121-02.2025.8.26.0568	19/12/2025	MANIFESTAÇÃO SOBRE REGULARIDADE PRECATÓRIO 1	10/02/2026	10/02/2026	EXECUÇÃO
0000121-02.2025.8.26.0568	19/12/2025	MANIFESTAÇÃO SOBRE REGULARIDADE PRECATÓRIO 2	10/02/2026	10/02/2026	EXECUÇÃO
0001460-30.2024.8.26.0568	19/12/2025	MANIFESTAÇÃO SOBRE REGULARIDADE PRECATÓRIO 3	10/02/2026	10/02/2026	EXECUÇÃO
1001048-19.2023.8.26.0568	14/11/2025	PET ALTERAÇÃO BENEFÍCIO - 2 PROCESSOS	10/02/2026	10/02/2026	EXECUÇÃO
1005434-58.2024.8.26.0568	14/11/2025	PET ALTERAÇÃO BENEFÍCIO - 2 PROCESSOS	10/02/2026	10/02/2026	EXECUÇÃO
1005120-78.2025.8.26.0568	09/12/2025	CONTESTAÇÃO	11/02/2026	11/02/2026	CONHECIMENTO
1005121-63.2025.8.26.0568	09/12/2025	CONTESTAÇÃO	11/02/2026	11/02/2026	CONHECIMENTO
1005066-15.2025.8.26.0568	15/12/2025	CONTESTAÇÃO - PENSIONISTA - 10 ANOS - MÉDIA/RGPS	19/02/2026	11/02/2026	CONHECIMENTO
1005128-55.2025.8.26.0568	09/12/2025	CONTESTAÇÃO	11/02/2026	11/02/2026	CONHECIMENTO
1005081-81.2025.8.26.0568	15/12/2025	CONTESTAÇÃO	19/02/2026	11/02/2026	CONHECIMENTO
1003078-56.2025.8.26.0568	05/02/2026	MANIFESTAÇÃO SOBRE DESPACHO	12/02/2026	12/02/2026	CONHECIMENTO
0001992-67.2025.8.26.0568	05/02/2026	PETIÇÃO PROSSEGUIMENTO EXECUÇÃO	12/02/2026	12/02/2026	EXECUÇÃO
1006691-55.2023.8.26.0568	30/01/2026	PET COMPROV OB FAZER - PAR/INT	13/02/2026	13/02/2026	EXECUÇÃO
1001934-18.2023.8.26.0568	30/01/2026	APRES CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA + OB FAZER	13/02/2026	19/02/2026	EXECUÇÃO
1000180-41.2023.8.26.0568	13/02/2026	IMPUGNAÇÃO DECISÃO EXECUÇÃO INVERTIDA	23/02/2026	20/02/2026	EXECUÇÃO
1000962-14.2024.8.26.0568	05/02/2026	APRESENTAR NOVOS CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	23/02/2026	20/02/2026	EXECUÇÃO
1000961-29.2024.8.26.0568	05/02/2026	APRESENTAR NOVOS CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	23/02/2026	20/02/2026	EXECUÇÃO
1004813-27.2025.8.26.0568	15/12/2025	CONTESTAÇÃO - APOS ESPECIAL - CLT ESTAT	27/02/2026	25/02/2026	CONHECIMENTO
0001318-26.2024.8.26.0568	20/02/2026	PET OB FAZR INCOMPLETA INCONSISTENTE	26/02/2026	26/02/2026	EXECUÇÃO
1004332-64.2025.8.26.0568	20/02/2026	MANIFESTAÇÃO - PARCELA DISSÍDIO	26/02/2026	26/02/2026	EXECUÇÃO
1002426-10.2023.8.26.0568	19/12/2025	PETIÇÃO ESCLARECENDO PETIÇÃO - FICHA FINANCEIRA	26/02/2026	26/02/2026	EXECUÇÃO

1001574- 15.2025.8.26.0568	13/02/2026	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	27/02/2026	27/02/2026	EXECUÇÃO
1004842- 48.2023.8.26.0568	24/10/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	27/02/2026	27/02/2026	EXECUÇÃO

Sobre a questão da economia feita pela procuradoria nas demandas que envolvem obrigações de pagar:

Conforme mencionado, é impossível precisar a economia realizada na maior parte dos processos, por diversas razões que passo a explicar.

A maioria das ações enfrentadas pelo Instituto na atualidade tratam da cobrança de verbas que deixaram de ser pagas aos segurados durante o seu período de atividade, ou seja, verbas que eram incluídas nos proventos como se fossem de caráter eventual e eram, na verdade, verbas de caráter permanente, e que, por isso mesmo, deveriam compor a base de cálculo de outras verbas, o que tem sido reconhecido pela própria municipalidade com a edição de leis que corrigem tais inconsistências, e que, por isso mesmo, acabam por gerar/aumentar o passivo judicial pelo recebimento de valores retroativos.

Dessa forma, não obstante o esforço desta procuradoria em contestar e manejar todos os recursos cabíveis em tais ações, o resultado geralmente é favorável ao requerente e desfavorável para a autarquia previdenciária e para o município.

Em tais processos (diferentemente dos processos anteriores à atuação da procuradoria, geralmente de aposentadoria especial, em que, na execução, o exequente oferecia os cálculos que eram contestados pelo IPSJBV, que, por vezes constatava excesso de execução, e, conseqüentemente, uma economia mensurável) a execução é feita na forma invertida, em que o Instituto apresenta os cálculos que geralmente são aceitos pelo requerente, o que evidencia uma economia, mas torna impossível sua mensuração.

Todavia, em algumas poucas ações recentes (2024 e 2025), geralmente as de servidores que migraram do regime celetista para o estatutário, o São João Prev tem

obtido importantes vitórias cuja economia em valores pode ser estimada, ainda que de forma incipiente.

São João da Boa Vista, 26 de março de 2026

Ednéia Ridolfi
Diretora Adm/Financeira

Sérgio Venício Dragão
Superintendente





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4454-7031-8225-9B9B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



EDNÉIA RIDOLFI (CPF 300.XXX.XXX-70) em 26/03/2026 16:17:34 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



SERGIO VENICIO DRAGAO (CPF 965.XXX.XXX-72) em 26/03/2026 16:22:36 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://saojoaoprev.1doc.com.br/verificacao/4454-7031-8225-9B9B>